



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Nos dias 16 de junho e 13 de outubro o deputado abaixo-assinado enviou ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática a pergunta “Escórias de alumínio da Metalimex”, sem que, até à data, tivesse chegado ao Grupo Parlamentar do CDS-PP qualquer resposta.

De acordo com o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, terminou já o prazo de 30 dias fixado como limite para resposta.

O deputado abaixo-assinado vem, deste modo, submeter novamente as perguntas então formuladas, assim como os respetivos considerandos, aguardando resposta no prazo fixado pela lei:

«No dia 15 de junho a ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, através do comunicado «Afinal, escórias de alumínio da Metalimex ficaram em Portugal», alertou para a existência, em Setúbal de milhares de toneladas de resíduos perigosos que, supostamente, teriam sido enviados para a Alemanha há 22 anos.

No texto refere-se que «a ZERO identificou junto ao Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal, a 600 metros das antigas instalações da empresa Metalimex, a existência de um depósito ilegal de milhares de toneladas de resíduos (cerca de 30 mil toneladas) que, pelas suas características, tudo indica tratar-se de uma parte substancial das escórias de alumínio, resíduos perigosos que foram importados da Suíça e que supostamente tinham sido enviados para a Alemanha em 1998.

Para verificar se essa suspeita tinha fundamento, a ZERO recolheu amostras para análise. O resultado indica tratar-se de resíduos perigosos com uma grande composição em alumínio e

outros metais, tendo sido classificados com o código 01 03 07 da Lista Europeia de Resíduos, correspondente a “Outros resíduos contendo substâncias perigosas, resultantes da transformação física e química de minérios metálicos”.

Ou seja, confirma-se que se trata de resíduos do mesmo tipo das escórias de alumínio que a empresa Metalimex tinha importado no final dos anos 80 do século passado e que, por não ter condições para os tratar, foi obrigada a devolver para os países de origem, num processo que foi sempre visto como uma referência, em termos nacionais e internacionais, de uma boa solução para um problema ambiental e que custou vários milhões de euros ao Estado Português.»

Na altura, em 1995, os Governos da Suíça e de Portugal acordaram na reexportação e tratamento das escórias, sendo o destino final das mesmas a Alemanha. Os custos da operação de exportação terão orçado em 9M€, suportados pelos dois Governos, e o processo foi auditado pela empresa de consultoria Bureau Veritas.

A ZERO considera «surpreendente a existência deste depósito», afirmando mesmo que «estamos perante um caso que constitui um atestado de total incapacidade das autoridades ambientais portuguesas que, ao longo de mais de 20 anos, desconhecera a sua existência.»

De acordo com uma reportagem publicada no mesmo dia pelo jornal Público, na sua edição online, e reproduzida na edição impressa de dia 16, «a pirâmide de material agora descoberta encontra-se num local ermo, perto do Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal e a cerca de um quilómetro das instalações da antiga empresa. O sítio fica afastado de estradas e caminhos, no meio de vegetação, o que permitiu ocultar o depósito durante mais de duas décadas.

O PÚBLICO esteve no local e constatou que, além de tratar-se de um terreno arenoso, existem linhas de água próximas do depósito das escórias. Uma das ribeiras é de fácil visibilidade e, segundo a Zero, há ainda uma segunda que corre por aquela zona nas épocas de chuva.»

Há no entanto, também, algumas dúvidas relativas ao desencontro do número de toneladas importadas e exportadas, questões essas que a ZERO levanta no seu comunicado e que o jornal Público desenvolve:

«Os números não batem certo e logo duas vezes. Primeiro porque havia pelo menos 42 mil toneladas de escórias em Portugal quando a Metalimex apenas declarou a importação de 30 mil toneladas. Mas também não faz sentido que tenham sido reexportadas 42 mil toneladas e continuem a haver escórias em Portugal. [...] ou “a empresa importou mais de 42 mil toneladas, ou não foram reexportadas todas as 42 mil toneladas, ou ambas as coisas”.»

Recorde-se que de acordo com o que na altura foi divulgado publicamente, a Metalimex armazenava 30 mil toneladas no seu terreno no Vale da Rosa, mas o acordo entre os governos suíço e português refere a quantidade de 32 mil toneladas. Posteriormente, em 1998 soube-se que afinal eram 42 mil as toneladas de escórias para reexportar. No entanto, «pelos cálculos que fez, tendo em conta o volume do depósito encontrado e a densidade do produto, a Zero assegura que estão ainda depositadas no Vale da Rosa mais de 30 mil toneladas de escórias.»

No comunicado a ZERO revela também que «enviou para análise amostras dos resíduos em causa que estavam sob a forma de pó e de blocos resultantes de crivagens realizadas na altura da exportação.

As análises revelaram que esses dois tipos de amostras continham elevados teores de óxidos de alumínio, magnésio, enxofre, potássio e cálcio que lhes conferem características de perigosidade.

Face aos resultados analíticos obtidos, pode concluir-se que o resíduo é perigoso, uma vez que é irritante, carcinogénico, corrosivo, ecotóxico, tóxico para os órgãos e tem toxicidade aguda.»

A existência deste depósito a céu aberto durante duas décadas pode configurar um problema ambiental ainda mais grave, com eventuais consequências ao nível da poluição do solo e de águas superficiais e subterrâneas, que poderão ser, agora, difíceis de avaliar.

A ZERO dá conta de que já fez chegar o resultado das análises ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática.»

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Tem V. Exa conhecimento, e pode confirmar, a descoberta da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável de um depósito ilegal de cerca de 30 mil toneladas de resíduos eventualmente perigosos a cerca de 600 metros das antigas instalações da empresa Metalimex?

2- Pode V. Exa confirmar que nenhuma das entidades sob tutela do Ministério do Ambiente e Ação Climática tinha conhecimento da existência destes resíduos eventualmente perigosos a cerca de 600 metros das antigas instalações da empresa Metalimex?

3- Está V. Exa em condições de confirmar se se trata de resíduos de escórias de alumínio, em tudo semelhantes aos provenientes da empresa Metalimex?

4- Desde o momento que a ZERO enviou a V. Exa o resultado das análises realizadas a amostras dos resíduos agora encontrados, comprovando que os mesmos são tóxicos para o ser humano, que iniciativas foram tomadas por V. Exa junto do Ministério da Saúde para que fossem iniciadas os necessários protocolos com vista à proteção da saúde pública?

5- Estão já a ser tomadas todas as medidas necessárias à realização de uma avaliação profunda que permita aferir a eventual contaminação do solo e de águas subterrâneas na zona onde se situa o depósito ilegal há pelo menos duas décadas?

6- Desde o momento que a ZERO alertou para a existência deste depósito ilegal de resíduos, quais foram as medidas tomada por V. Exa no sentido de:

a) Apurar responsabilidades?

b) Procurar uma solução para retirar os resíduos do local onde se encontram?

c) Encontrar um destino adequado para os referidos resíduos, alegadamente perigosos?

7- O Ministério que V. Exa tutela já contactou com a Câmara Municipal de Setúbal, procurando concertar a tomada de ações para resolução deste problema que poderá ser de consequências graves tanto para o ambiente como para a população?

8- Sendo que à época o processo de exportação dos resíduos da Metalimex, constituídos maioritariamente por escórias de alumínio, foi auditado pela empresa de consultoria Bureau Veritas, devendo, como é norma nestes processos, existir um relatório final dessa auditoria, pode V. Exa conceder ao Grupo Parlamentar do CDS-PP acesso a cópia desse mesmo relatório?

Palácio de São Bento, 14 de janeiro de 2021

Deputado(a)s

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)